PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº, de 2022 (Da Sra. PERPÉTUA ALMEIDA)

Susta os efeitos do Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que institui Programa de Apoio Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

- O CONGRESSO NACIONAL, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 49, incisos V, X e XI, da Constituição Federal, decreta:
- Art. 1º Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V e XI, da Constituição Federal, o Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.
- Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta busca retirar do ordenamento jurídico brasileiro o Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

A denominada "mineração artesanal", segundo o referido decreto, é atividade econômica submetida a lei 7.805/1989 que cria o regime de permissão de lavra garimpeira. Esta lei basicamente define lavra garimpeira como a área explorada que não exceda 50 hectares.





Apresentação: 16/02/2022 11:21 - Mesa

Na verdade, a norma do poder executivo em análise equipara garimpo com mineração artesanal e isto pode acarretar um avanço desorganizado da mineração em áreas que exigem um cuidado socioambiental especial dos órgãos públicos. Lembramos ainda que garimpo e mineração são coisas bem diferentes. Além disso, chama a atenção que o conselho que disciplinará o desenvolvimento da atividade não possuiu membros da sociedade civil ou do judiciário, nem mesmo do ministério público

Compreendemos que a mineração é importante para o desenvolvimento econômico do Brasil. Porém, ela deve ser exercida dentro das melhores técnicas, minimizando ao máximo os possíveis danos ambientais, sociais e a saúde. O que exigiria uma discussão ampla do parlamento brasileiro e da sociedade civil, e não uma regulamentação infra legal, sem nenhuma participação social.

Desta forma, propomos o presente Projeto de Decreto Legislativo que susta os efeitos do Decreto nº 10.966, de 11 de Fevereiro de 2022, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2022.

Deputada PERPÉTUA ALMEIDA



